



PRINCÍPIO DA FINALIDADE PÚBLICA

Autor(res)

Thiago Caetano Luz
Charlene Maria Da Silva Pereira

Categoria do Trabalho

1

Instituição

FACULDADE ANHANGUERA DE BRASÍLIA

Introdução

Os principais princípios da administração pública incluem legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, conforme estabelecido na Constituição brasileira. Esses princípios servem como diretrizes para garantir uma gestão ética, transparente e eficaz dos recursos públicos.

O artigo da Constituição brasileira que trata dos princípios da administração pública é o artigo 37. Ele estabelece os princípios que devem reger a atuação do Estado na gestão dos recursos públicos e na prestação de serviços à sociedade.

Objetivo

O objetivo do princípio da finalidade pública é garantir que as ações do governo estejam sempre voltadas para o interesse e o bem-estar da sociedade como um todo. Esse princípio visa assegurar que os recursos públicos sejam utilizados de forma eficiente e que os serviços prestados pelo Estado atendam às necessidades da população. Em resumo, busca-se que todas as atividades da administração pública

Material e Métodos

A metodologia do princípio da finalidade pública envolve a aplicação sistemática e organizada desse princípio em todas as fases do processo decisório governamental. Isso inclui a definição clara dos objetivos públicos a serem alcançados, a avaliação dos impactos das políticas sobre a sociedade, a inclusão da participação dos cidadãos nas decisões e a prestação de contas sobre os resultados alcançados. Em resumo, é um conjunto de práticas que garante que as ações governamentais estejam alinhadas com os interesses e necessidades da população.

Resultados e Discussão

Na análise dos resultados e na discussão sobre a finalidade pública, é fundamental avaliar se as políticas e ações governamentais alcançaram os objetivos estabelecidos em prol do bem-estar da sociedade. Isso pode envolver examinar indicadores de desempenho, como impacto econômico, social e ambiental. Além disso, é importante considerar a participação dos cidadãos no processo decisório e se houve transparência e prestação de contas por parte do governo.

Os resultados podem ser discutidos em termos de eficácia, eficiência e equidade. Eficácia refere-se à capacidade das políticas de atingirem seus objetivos. Eficiência diz respeito à relação entre os recursos utilizados e os resultados



3ª MOSTRA CIENTÍFICA

Anhanguera



alcançados. Equidade refere-se à distribuição justa dos benefícios e ônus das políticas públicas.

A discussão sobre a finalidade pública também pode abordar eventuais desafios, falhas ou áreas de melhoria identificadas durante a implementação das políticas.

Conclusão

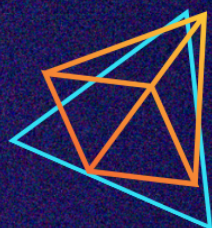
Na conclusão sobre a finalidade pública, é importante reiterar os principais pontos abordados na análise dos resultados e discussões realizadas. Isso inclui destacar se as políticas e ações governamentais foram eficazes em alcançar os objetivos estabelecidos em prol do bem-estar da sociedade. Além disso, é crucial enfatizar a importância da transparência, participação pública e prestação de contas no processo decisório. A conclusão também pode destacar lições aprendidas durante a implementação das políticas.

Referências

"Administração Pública Brasileira: A Busca da Eficiência e da Finalidade Pública" por Marcos Tanure Sanabio - Este livro examina os desafios enfrentados pela administração pública brasileira na busca pela eficiência e finalidade pública, destacando questões relacionadas à gestão, políticas públicas e governança

"Direito Administrativo Brasileiro" por Hely Lopes Meirelles - Esta obra clássica oferece uma análise abrangente do direito administrativo no Brasil, incluindo discussões sobre princípios fundamentais, como legalidade, impessoalidade e finalidade pública.

3ª MOSTRA CIENTÍFICA



Anhanguera